



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

Ata n.º 14/2018 Sessão Extraordinária Temática de 17 de Julho de 2018

Aos dezassete dias do mês de Julho do ano de dois mil e dezoito, pelas vinte e uma horas e dez minutos, na Escola Básica Integrada Professor Doutor Anibal Cavaco Silva, - Fonte de Boliqueime, deu-se início à Sessão Extraordinária (Temática) da Assembleia Municipal de Loulé, convocada ao abrigo do artigo quadragésimo segundo do Regimento, presidida pelo senhor Presidente da Assembleia, Adriano Lopes Gomes Pimpão, com a seguinte Lista de Presenças e Ordem de Trabalhos:-----

-----**Lista de Presenças:**-----

24 Deputados Municipais do PS - Adriano Lopes Gomes Pimpão (Presidente da Assembleia), Joaquim Manuel dos Santos Vairinhos, Maria Helena Serafim Guerreiro Brito Baptista, João Luis Calçada Correia, Carlos Manuel Pontes Costa, Rosana Corga Fernandes Durão (1ª secretária), Vítor Cristiano da Piedade Ferreira, Maria Esteves Ferreira Lourenço, Hugo Miguel Guerreiro Nunes, Abel Filipe dos Santos Matinhos, Fernando Pereira Marques, Hermes Luis de Brito Alberto, Joana Guerreiro da Conceição, Fábio Miguel Cortes Nobre, Dora Maria Portela do Olival, José João Magalhães David, Maria da Conceição Leite Esteves Duarte (em substituição de Fernando Domingos dos Santos), Joaquim João Pinheiro Pinto (Presidente da Junta de Freguesia de Almancil), António Francisco Ferreira Martins (Presidente da Junta de Freguesia de Alte), José Fernando Florinda Carrusca (Presidente a Junta de Freguesia do Ameixial), Nelson Joaquim Caetano Brazão (Presidente da Junta de Freguesia de Boliqueime), Eduardo Manuel Graça Amador (em substituição do Presidente da Junta de Freguesia de Quarteira), Luis Manuel Amélio Pinguinha (em substituição do Presidente da Junta de Freguesia de S. Clemente) e Manuel Francisco Gonçalves Guerreiro (Presidente da Junta de Freguesia de S. Sebastião);---

9 Deputados Municipais do PSD - Mário Baião Botelho da Silva, Maria José Botelho da Palma Bento Vasques (2ª secretária), Sêrgia Maria Vicente Coelho Medeiros, João Manuel Guerreiro da Conceição, Bárbara Miriam do Amaral Correia, Ana Francisca Vaz Pinto Palma de Sousa (em substituição de Ricardo Manuel Casanova Lampreia), Cláudio Filipe Simão de Lima (em



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

substituição de Sebastião Francisco Seruca Emídio), Deodato Martins João (Presidente da Junta de Freguesia de Salir) e Maria Margarida Renda Correia (Presidente da União das Freguesias de Querença/Tôr/ Benafim);

1 Deputado Municipal do CDS - António José Mendes Pinto Farrajota;-----

1 Deputado Municipal do BE - Carlos José da Silva Martins;-----

Também estiveram presentes o **Presidente da Câmara**, Vitor Aleixo e os **Vereadores**, Pedro Pimpão, Abílio Sousa, Ana Machado, Carlos Carmo, Marilyn Zacarias, José Graça e Horácio Piedade.-----

A Senhora Vereadora Heloísa Madeira não esteve presente.-----

Apresentaram pedido de suspensão de mandato:-----

Os **Deputados Municipais do PS**, Fernando Domingos dos Santos, tendo o mesma sido substituído respetivamente por Maria da Conceição Leite Esteves Duarte.-----

O Deputado Telmo Manuel Machado Pinto (Presidente da Junta de Freguesia de Quarteira), comunicou impedimento em estar presente designando como seu substituto legal, ao abrigo do art.º 30.º, n.º3 do Regimento da Assembleia Municipal de Loulé, Eduardo Manuel Graça Amador.-----

O Deputado Carlos Filipe Gabriel de Sousa (Presidente da Junta de Freguesia de S. Clemente), comunicou impedimento em estar presente designando como seu substituto legal, ao abrigo do art.º 30.º, n.º3 do Regimento da Assembleia Municipal de Loulé, Luis Manuel Amélio Pinguinha.-

Os **Deputados Municipais do PSD**, Sebastião Francisco Seruca Emídio, tendo o mesma sido substituído respetivamente por Cláudio Filipe Simão de Lima, Ricardo Manuel Casanova Lampreia, tendo o mesma sido substituído respetivamente por Ana Francisca Vaz Pinto Palma de Sousa.-----

Tendo sido verificada pela Mesa da Assembleia a existência de quórum deliberativo, o senhor **Presidente da Assembleia Municipal**, deu início à Sessão Extraordinária Temática da Assembleia Municipal.-----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

-----Ordem de Trabalhos-----

- 1-**Apresentação do documento estratégico por parte da AMAL;**-----
Convidado - Primeiro Secretário da AMAL Dr. Joaquim José Brandão Pires--
- 2-**Intervenção dos Deputados Municipais;**-----
- 3-**Intervenção do Público;**-----
- 4-**Intervenção da Câmara Municipal;**-----
- 5-**Intervenção dos Deputados Municipais;**-----
- 6-**Intervenção da AMAL;**-----
- 7-**Conclusões;**-----

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal, saudou todos os presentes, com uma saudação especial ao Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Boliqueime, bem como a população desta freguesia, na qual tem a honra de residir. -----

Cumprimentou o Dr. Brandão Pires e as colegas que o acompanham.-----
Referiu em seguida a notícia da morte do Dr. João Semedo, e informou que tinha dado entrada na mesa um **Voto de Pesar pelo falecimento de João Semedo**, apresentado pelo Senhor Deputado Carlos Martins (BE), que teve o consenso de todas as bancadas e que passou a ler de imediato.-----

Foi dada a palavra ao proponente, o Senhor Deputado **Carlos Martins (BE)**, que referiu ser hoje um dia triste para o BE e para o povo português, a morte deste homem que dedicou uma vida inteira a causas pela liberdade, lutando contra o regime fascista, era um homem democrata. A sua grande vitória era conseguir que fosse aprovado um novo Projeto de Lei de bases da saúde para rejuvenescer o Serviço Nacional de Saúde, que está em debate na Assembleia da República, porque os homens morrem mas a sua história, o seu projeto e o modo de estar na vida não! Por isso foi apresentado este Voto de Pesar.-----

Em seguida o Senhor Presidente da Assembleia Municipal propôs a aprovação do voto de pesar com um minuto de silêncio, o que foi acolhido por todos os presentes. O texto do voto de pesar fica anexo a esta ata, dela fazendo parte integrante.-----

Para fazer a apresentação do documento estratégico da AMAL, foi concedida a palavra ao Primeiro Secretário da AMAL, Dr. Brandão Pires, documento esse que se encontra anexado a esta Ata, fazendo parte integral



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

da mesma.-----

Terminada a apresentação do documento, e prossequindo a Ordem de Trabalhos, o senhor **Presidente da Assembleia**, concedeu a palavra aos Senhores Deputados Municipais.-----

2-Intervenção dos Deputados Municipais;-----

Pedi a palavra o senhor **Deputado Calçada Correia (PS)**, dizendo que considerou este documento muito bem elaborado, mas que no seu entender, não atingirá os objetivos a que se propõe, e que terá que ser criado um modelo de funcionamento diferente. Referiu que foram elaborados diagnósticos da nossa realidade regional, planos estratégicos regionais e planos intermunicipais, bem estruturados e adequados aos interesses regionais, contudo, os resultados pretendidos não têm sido atingidos, e como se pretende é que em 2030, o Algarve seja uma das regiões mais desenvolvidas do País e da Europa, termos uma economia dinâmica, sustentável, e sermos uma região competitiva externamente e coesa internamente, que preserve os valores ambientais, uma região que valorize a sua própria identidade, mas que para tal era necessário, que o Poder Central olhe de outra forma para a nossa região, que ganhemos capacidade e poder político com a tão desejada "regionalização", e que a região e os seus autores, pensem e atuem numa só voz, porque conforme o documento expressa, a economia algarvia assenta em 4 setores fundamentais, construção, comércio a grosso e a retalho, alojamento e restauração e atividades imobiliárias, e estes 4 setores representam cerca de 40% do PIB regional e cerca de 60% do emprego, e todos estes setores de atividade estão ligados ao turismo, motor económico da região. Este atual modelo é extremamente perigoso para a nossa região, e a crise económica que se verificou a partir de 2008, veio por a nu esta vulnerabilidade, pelo que, temos que criar condições para uma nova economia regional, que não esteja centrada exclusivamente no turismo, pois nós somos uma região que tem condições únicas para a produção agrícola (dando o exemplo da produção frutícola) e para as pescas, devendo criar-se programas de apoio aos agentes económicos, e a região tem que se afirmar, porque somos uma região fragilizada, pelo que, há que alteração efetivamente o modelo de governação, e relativamente ao Fundo de Coesão Regional, disse que o encara como aliciante e importante, mas questionou, como é que os Municípios vão participar neste Fundo? Porque em termos de região, para se



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

poder afirmar junto do Poder Central, não é benéfico haver 16 Municípios, porque o Poder Autárquico tem que funcionar numa só voz, tem que ter uma capacidade de junção, e de reivindicação dos problemas fundamentais da região. Outro facto importante é o Polo Intermodal, que irá ficar no Parque das Cidades, e de facto esta centralidade é o que pode servir melhor os interesses do Algarve Central, em termos de infraestruturas de Aeroporto, e do Hospital Central do Algarve. Para terminar, falou da questão da criação de uma AICEP (Agência para o Investimento e Comercio Externo de Portugal) Regional, que é fundamental.-----

Foi também dada a palavra ao senhor **Deputado Mário Botelho (PSD)**, que quis enaltecer alguns pontos que no seu entender são problemáticos para a nossa região e começou por falar do centralismo que marca um critério bastante acentuado, da forma como interagimos com as populações, da forma como se investe no Algarve, e o facto de termos uma população muito débil de cerca de 440.000 habitantes, reflete esse pouco valor que representamos para o Governo Central, e daí também, o investimento público ser muito fraco, e a ausência de decisão, na região do Algarve e muito importante, porque na realidade a própria CCDR Algarve está restringida e limitada na sua ação, quanto às ações que pode tomar. Também a questão das alterações climáticas é outro ponto relevante, dado que temos um mono produto que é o turismo, e este ano com o clima atípico que se tem verificado, tem-se refletido no turismo na região, e estas alterações climáticas podem ter uma repercussão bastante significativa nos níveis de turismo, e no nível de desenvolvimento da nossa economia, sendo pertinente a diversificação de outro tipo de atividade, nomeadamente na agricultura, nas pescas, no desenvolvimento do comércio e da indústria. Outro ponto relevante que quis referir, foi o da questão da água, porque anos de seca podem dificultar e diminuir o desenvolvimento económico, quer das empresas, quer da manutenção de níveis de água para o abastecimento público, e sobre os dados referentes à água na nossa região, disse que os gastos na água com a agricultura representam cerca de 60% e se esta água pudesse ser retirada do mar, certamente teríamos muitos mais recursos para o fornecimento público de água. Ainda outro ponto muito importante referido na apresentação, é o da habitação, que neste momento é fulcral para o desenvolvimento económico no Algarve, e especialmente dos Municípios, e também é uma das questões, que a Bancada do PSD tem recorrentemente trazido a esta Assembleia Municipal, especialmente quando se nota, especialmente em Loulé, existe uma carência de habitação,



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

quer para arrendamento, quer para compra, daí a importância, da portaria que poderia permitir a criação de construção de habitação para arrendamento e para venda, a custos controlados, e que é na realidade uma ferramenta que os Municípios detêm, e que de alguma forma podem ajudar a resolver o problema dos munícipes na aquisição de habitação a preços mais reduzidos dos que o mercado imobiliário oferece. Também a demografia, no seu entender, é um ponto de relevância, e seria importante fazer um levantamento, das pessoas que vivem na região de forma permanente, e possivelmente o resultado seria superior aos 440.000 habitantes, porque estão cá muitos estrangeiros a residir, e existe uma comunidade estrangeira muito grande no Algarve, que não está recenseada e que devia ser contabilizada, porque habita cá de uma forma permanente, e essas pessoas também precisam de infraestruturas, hospitais, transportes públicos, habitação, redes viárias, no fundo de vários serviços públicos. Por fim, outro ponto que quis realçar, e que afeta diretamente os Municípios, e também muito o de Loulé, é o da mobilidade, porque os transportes públicos urbanos são ausentes, haverá cidades um pouco melhores que outras na nossa região, mas sabe-se perfeitamente que a partir das 19h, não há transportes públicos, assim como ao fim de semana, e há pessoas que têm horários noturnos, e que são obrigadas a deslocar-se a pé, ou a utilizar transporte próprio, e este é claramente um ponto fulcral para o desenvolvimento das cidades e para a capacidade de se poder trazer pessoas para residir na nossa região e de aumentar consideravelmente a população do Algarve, dos 440.000 para perto de 1 milhão de habitantes.----

De seguida foi dada a palavra ao senhor **Deputado Joaquim Vairinhos (PS)**, dizendo que as imagens valem mais que as palavras, e se fossem colocadas nesta apresentação feita, imagens das deficiências do Algarve, que era bom mostrar, como os comboios, as automotoras para o Sotavento, a EN 125 para o Sotavento, a Fortaleza de Sagres (orgulho nacional), e desde a criação das CCR's em 1982, muitos estudos e debates têm sido feitos, muitos levantamentos têm sido feitos, está tudo caracterizado, e quantas horas não foram gastas pelo Dr. Brandão Pires, ao longo destas três décadas para este trabalho, para chegarmos a este ponto, em que o Algarve regrediu! No seu entender esta é que é a realidade, e nós o que é que temos feito? Os algarvios politicamente o que é têm feito? Estão à espera que as coisas aconteçam? Em 1998, votaram contra a região do Algarve, numa regionalização que não se concretizou, nem sequer os algarvios conseguiram defender a sua região, o que é que somos afinal? O que é que os políticos



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

algarvios dão ao Algarve? O que é que se vai deixar aos nossos filhos e netos? De facto o Algarve regrediu! Deu o exemplo de uma viagem que fez de Loulé a Tavira, dizendo que foi um horror, e que parecia um Algarve do ano de 1940. Disse também que há tanto tempo que se conhece a realidade algarvia, através da CCDR, Universidade do Algarve, AMAL, RTA, Associações Empresariais, e nada mudou, inclusivamente no turismo, que é o motor exclusivo da região do Algarve. Referiu também outro ponto que no seu entender é essencial neste documento, que é a coesão social, que tem que ser considerada, quando o modelo social europeu está a degradar-se, o nosso País e o Algarve, não podem deixar de ter essa preocupação, erradicar a pobreza é o primeiro objetivo para o desenvolvimento sustentável, e o relatório da OCDE, que foi publicado há pouco tempo, disse que são necessárias 5 gerações para erradicar a pobreza em Portugal, situação que nos envergonha. Quanto à mobilidade, disse que falta uma estratégia de concertação intermodal, e de ligações entre transportes, e que o polo intermodal do Parque das Cidades tem que constar deste documento, porque o Concelho de Loulé é o centro do Algarve, e um quinto da área do Algarve, e mais importante economicamente do Algarve, e isso tem que ser considerado, falou também da Ponte de Alcoutim que está para ser feita há 50 anos, e da ligação ferroviária entre o Algarve e a Andaluzia, que também é fundamental, também o porto turístico e comercial do Algarve, não pode ser em Portimão, tem que ser em Faro, porque é na estação de Loulé, que desembarcam os comboios carregados de gasolina para os aviões que se deslocam no Aeroporto de Faro, e o Aeródromo Regional do Algarve. Em relação à governação regional, adensasse o regionalismo, e com esta forma de descentralizar estamos a acentuar o regionalismo, querendo dizer que estamos a criar uma barreira contra a regionalização, ao se municipalizar, está-se a lutar contra a regionalização, porque os Municípios depois não vão abrir mão de algumas competências que têm, e o excesso de centralismo, é muitas vezes defendido pelos políticos locais para contraturalizar benefícios, que muitas vezes têm a ver com o municipalismo, cada um negocia nas costas dos outros, com Lisboa, com o Poder Central, porque temos um Algarve obediente, e porque é que temos que ser obedientes, tão carneirinhos? E agora viabilizar um Fundo de Coesão Regional, quando a associação real entre os Municípios, é uma ficção? E como é que funciona a Assembleia Intermunicipal da AMAL? Também faz parte da governação regional. Quanto à questão da água, e às perdas de água, disse que se tratava de uma situação impressionante e carece de medidas. As áreas protegidas e a despolição da Ria Formosa, é uma



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

necessidade para a região, as ETAR's de Olhão precisam, a Ria Formosa cheira mal, uma região turística de alta qualidade, como é que é possível? E a requalificação urbana? Cada vez há mais carros, mas toda a gente se esquece de construir parques de estacionamento, que é uma coisa impressionante, porque se temos carros a mais, temos que avançar com parques de estacionamento, e relativamente ao Aterro do Sotavento, que vai enchendo, e enchendo, temos que encontrar soluções novas e modernas para resolver esta questão, e quanto à contenção de cheias, não acontecem só em Tavira, existem também em Quarteira, Albufeira, Faro, e em todo o litoral algarvio.-----

Usou também da palavra a senhora **Deputada Bárbara Correia (PSD)**, dizendo que este documento de facto reflete um trabalho que tem mérito, mas que ainda tem que ser mais desenvolvido, pois no seu entender, ainda falta alguma visão estratégica, apesar de ter as linhas gerais, mas não estão desenvolvidas, e em relação aos 10 desafios que aqui são colocados, gostaria de saber se a ideia é de que no documento final, se consiga priorizar estes temas, porque era importante, já que os Fundos não dão para tudo, e que a participação dos cidadãos também é muito importante para se perceber do que é que precisam no seu dia a dia, e que possivelmente a adaptação às alterações climáticas não deva ser uma das primeiras prioridades, mas a habitação será certamente, e no que respeita às Entidades consultadas, questionou sobre o critério, que levou a essa escolha, porque lhe parece que estavam em falta algumas Entidades ligadas à Inovação, à Economia, aos Empresários, e até aos Jovens, e consultando a lista questionou-se porque é que não se consultou a ANJE (Associação Nacional de Jovens Empresários), porque é mencionado o tema do emprego e da inovação, e era necessário ouvir estas Entidades, para se poderem criar propostas nesse sentido. E quanto ao funcionamento deste Fundo de Coesão Regional, como é que ele seria redistribuído? E qual a participação dos Municípios? É importante a questão do dinheiro, porque há Câmara Municipais que têm dinheiro nos cofres, têm algum conforto, e há Câmara Municipais que não o têm, e depois como é que seria redistribuído esse Fundo, e que isso também deverá ser definido, porque senão este Fundo traz mais problemas do que soluções, e em relação ao ponto de Ordenamento e Requalificação Urbana e Habitação, há que fazer uma ênfase à referência dos jovens, se de facto se reconhece que o Algarve está a envelhecer, então também se devem indicar medidas para os jovens na área da habitação, noutra ponto, Demografia, Economia, Emprego e Inovação, no texto parece haver a vontade de diversificar a



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

economia mas depois a vontade parece pouco manifestada nas propostas, como por exemplo nas politicas de captação de jovens, de que politicas se está a falar? Parece um haver um vazio de conteúdo, que tem que ser definido, e devem ser consultados os jovens, e quanto à questão da mobilidade, de facto o Algarve tem estado em destaque, porque saiu há muito pouco tempo uma noticia a dizer que andar de comboio no Algarve é embarcar numa aventura, de tal forma que demonstra que este problema é reconhecido não só pelos algarvios, como a nível nacional. Quanto a manter a requalificação regular da EN 125, disse que tinha uma solução a apresentar, pois trata-se de um problema que se anda a arrastar de trás para a frente, e no seu entender as Câmara Municipais também deviam assumir responsabilidades nos troços rodoviários que atravessam os seus Municípios, ou seja, os troços da EN 125 poderiam tornar-se em troços municipais, e o Concelho de Loulé já que se substituiu ao Poder Central, nomeadamente com o pagamento do edifício do INEM, era importante que também se chegasse à frente para tratar desta questão dos troços da EN 125 que percorresse o Município de Loulé, e as várias opções de tornar a A22 mais utilizável, de facto em 2015 o Primeiro-Ministro na sua campanha politica, prometeu reduzir em 50% o preço das portagens, mas faz 2 aumentos, e depois reduz apenas 15% durante os meses de Verão de 2016, e agora acenam-nos com 30% de desconto para os camiões, e agora numa noticia refere que também é para veículos de mercadorias, há de facto propostas apresentadas por este governo de promessas de redução de 50%, mas não estão é a ser cumpridas. Por fim, referiu que gostaria de ter acesso ao documento de 6 páginas, de contributo deste Executivo, para este documento estratégico, para perceber quais foram os contributos dados pela Câmara Municipal de Loulé.-----

Foi também dada a palavra ao senhor **Deputado Carlos Martins (BE)**, dizendo que o Algarve prima pela ausência de líderes políticos empresariais, e como tal estamos como estamos, e depois desta apresentação, os algarvios devem ter ficado com vergonha de ter nascido algarvios ou de aqui quererem desenvolver qualquer atividade, pela forma como fomos e continuaremos a ser tratados, pois a Autoestrada de ligação a Lisboa, foi a da última região a chegar, a ferrovia elétrica foi a última a chegar cá, um porto de cruzeiros, será o último a cá chegar, assim como o Hospital Central, que também deverá ser o último, a cá chegar. Este documento deverá ser aprofundado e melhor discutido, e desde já a Bancada do Bloco de Esquerda tem algumas reservas e questiona os contributos dados pelo



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

Município a este documento, e na elaboração deste estudo. Referiu também que as 44 propostas, apresentadas como as mais importantes a desenvolver, distribuídas pelas diversas áreas temáticas, como vão ser distribuídas, já que 320 milhões de euros não vão dar para tantos projetos, e sobre as 10 medidas, no seu entender parecem ser medidas a mais, porque algumas podiam estar conjugadas na mesma temática. Começou por falar do modelo de governação, é um caso politico, a adaptação às alterações climáticas, e os desafios da água, deveriam estar na mesma, as áreas protegidas, o ordenamento, e requalificação urbana e habitação deveriam estar na mesma temática, a demografia, economia, emprego e inovação, deviam também contemplar a baixa densidade e interioridade, a mobilidade deveria estar na área da rede de infraestruturas, equipamentos e saúde, e por fim, a cultura, deixar como está. Disse também que o Algarve, merece mais do País e do Governo, em relação ao pouco que recebe, e em termos relativos entre 2011 e 2015, estagnámos, e empobrecemos, e fomos uma das regiões que sofreu mais com a crise, mas que de acordo com este documento, nos últimos 2 anos, recuperámos, nomeadamente na área do emprego e da qualidade de trabalho, pois o desemprego na região diminui, mas não foi criado emprego estável, seguro, bem remunerado e sem precaridade, e o jovem licenciado continua sem mercado de trabalho no Algarve, e apresentam-se duas soluções, ou emigra ou aceita um trabalho sem qualificações para os seus estudos, e de uma forma geral optam pela saída da região. Referiu também, que a população inclina-se cada vez mais para o litoral, e não estamos a ser capazes de cativar as pessoas a fixarem-se e a repovoarem o interior, nem a criar infraestruturas para promover o seu acolhimento e promoção de emprego, e como foi dito, o Algarve é a região com um índice de desenvolvimento dos mais baixos do País, e o Estado deveria compensar esta região, o que seria lógico se assim fosse, mas infelizmente tal não acontece. Quanto ao modelo de governação, disse que aqui é que está o cerne da questão, porque não há liderança política, o empresariado é muito fraco, não há unidade em termos da população, e todos gostam muito de sol e praia, e o processo de descentralização administrativa em curso, prevê algumas competências para os Municípios, mas reforça na CCDR, e esquece-se de criar a região do Algarve, se o assunto da regionalização é serio, então continuam a esquecer-se do Algarve, e deveria realmente ser criada uma estratégia de desenvolvimento para o Algarve. Relativamente às alterações climáticas, referiu que de facto é um problema moderno, e que a região tem que estar preparada.-----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

Terminadas as intervenções por parte dos Senhores Deputados Municipais, o senhor **Presidente da Assembleia**, passou ao ponto seguinte da Ordem de Trabalhos:-----

3-Intervenção do Público;-----

Foi dada a palavra ao **cidadão Manuel Costa**, que na sua intervenção falou da questão dos desafios da água, e da dependência da água na nossa economia, da gestão dos recursos hídricos, da demografia, emprego e inovação, e da sua ligação com a questão da sazonalidade, falou também sobre a questão da governação.-----

De seguida, foi dada a palavra ao **cidadão Joaquim Guerreiro**, que começou por fazer um agradecimento e reconhecer o trabalho e mérito do senhor Presidente da Assembleia, pela forma exemplar como tem dirigido os trabalhos desta Assembleia, de forma eficiente, competente, com isenção e independência, e que é um exemplo de um bom trabalho, enquanto Presidente de Assembleia Municipal. Iniciou a sua intervenção, fazendo uma reflexão sobre este documento estratégico para o futuro do Algarve, e para o futuro do nosso Concelho, e dos contributos que aqui foram dados, e dos contributos que a Câmara Municipal já elaborou e que deverão ser acrescentados também a este documento, e que no seu entender, esta reflexão deveria prosseguir nas Juntas de Freguesias, porque deverá ser um documento também adequado aos territórios, aos problemas, aos obstáculos, às potencialidades, e isso só é possível, no concreto de cada região, de cada Freguesia, e de cada localidade. Partilhou também a questão da interioridade, dizendo que vive com mágoa, ao drama que está a acontecer há algumas décadas, que é um regime de morte lenta, em que as populações vão abandonando as suas regiões e deslocam-se para o litoral à procura de emprego e de outras oportunidades, levando ao natural, envelhecimento, abandono, solidão que povoa muitas daquelas aldeias, onde algumas já definharam completamente, desabitadas, pelo que, disse que leu com muita atenção, todas as propostas, nomeadamente as propostas que têm a ver com a estratégia de desenvolvimento para o interior, sendo quatro pontos apresentados, em que o primeiro ponto integrará os restantes três pontos, que é a criação de um programa de desenvolvimento integrado na base comunitária, onde se afetarão, necessariamente, recursos e modalidades de incentivo à fixação e ao desenvolvimento desse interior. Referiu ainda que, era necessário fazer-se ainda muitos diagnósticos,



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

trabalhar junto das populações, recuperar toda a participação cidadã, e envolver as populações nessa capacidade endógena de criar sinergias, para transformar um território que está deprimente, em perda, afetando outros recursos, com o apoio da Câmara Municipal, de outras Instituições da região, que certamente contribuirão, e já que esta questão foi tema de debate na campanha eleitoral das eleições autárquicas recentes, em 2017, e referiu que se encontra disponível, para colaborar com o grupo de trabalho que deverá envolver todas as forças políticas, os agentes económicos, os membros de Instituições de índole regional (CCDR, etc.), e também algumas Associações que têm sido muito dinâmicas (ex: IN LOCO), e que têm tido um papel interessante e que sem o qual, o interior estaria muito mais pobre. Por fim, referiu-se à perda em Salir, da Agência da Caixa de Crédito Agrícola, em que mais um problema se gerou, e mais uma situação de dificuldade, nomeadamente, para as pessoas idosas, muitas das vezes sem transporte e sem acesso a transportes, uma situação que não vai ser revertida, mas que importa cuidar e que necessita de solução e apoio e sobretudo de solidariedade participante, e como tal, é tempo de se assumir o compromisso feito na campanha eleitoral.-----

Também foi dada a palavra ao cidadão **Rogério Rochinha**, dizendo que tudo aquilo que vem neste documento estratégico da AMAL, está diagnosticado há já muito tempo, existem algumas coisas novas como as alterações climáticas, ou a questão da água, que são problemas recentes, mas tudo o resto já existe, e que o problema do Algarve, não é essencialmente técnico, mas político, e no ponto 1 deste documento, fala-se num pacto para a governação, e da concretização do processo de descentralização que se encontra em curso, e concorda quando se diz que se está mais a municipalizar do que a regionalizar ou a descentralizar, e o problema político do Algarve é que, enquanto não houver regionalização não há pacto político, não há governança no Algarve que valha. Disse também que, achou muito interessante a sugestão lançada pela Senhora Deputada Bárbara Correia (PSD), em relação à questão dos troços que ligam à A22, passarem a ser troços municipais, e a A22 passar a ser equiparada a uma Estrada Nacional, o que faria com que deixasse de haver portagens na A22, porque a Via do Infante deveria passar a ter portagens zero, porque a EN125 está a ser requalificada, mas está a tornar-se mais lenta, e deixa cada vez mais de ser alternativa à A22, pelo que, esta sugestão da Senhora Deputada é de facto muito interessante e que merecia ser analisada com profundidade. Em relação à questão da demografia, economia, emprego e inovação, há uma



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

pergunta que prevalece, como é que se vai criar emprego, mais qualificado e melhor pago? Porque de facto, vê-se a trabalhar na hotelaria e noutros lados, pessoal licenciado a ganhar 600 € (seiscentos euros/mês), como é que se vai criar emprego mais bem pago, e como é que se vai atrair os jovens para virem para cá quando ganham pouco e não têm condições para pagarem uma habitação e de se sustentarem, na realidade isso não acontece, porque não há jovens que queiram vir viver nestas condições para o Algarve, de facto fala-se muito na falta de mão-de-obra no Algarve, mas há que reverter esta situação, mas a questão fulcral disto tudo, continua a ser política, e é politicamente que ela tem que ser resolvida, e a regionalização do Algarve é importantíssima para isto, porque estes pactos para a governança nunca vão existir, e vão continuar as 16 Câmaras Municipais do Algarve, a olhar cada uma para si, e cada uma para o seu Concelho.-----

Terminadas todas as intervenções do público, o senhor **Presidente da Assembleia Municipal**, deu continuidade aos trabalhos, passando ao ponto seguinte:-----

4-Intervenção da Câmara Municipal:-----

Foi dada a palavra ao **Senhor Presidente da Câmara Municipal**, que disse estarmos na presença de um documento de extraordinária importância, porque é ali que vão ficar as linhas mestras das propostas políticas que vão poder contar com o financiamento que a região do Algarve vai dispor para o próximo período de programação, mas é preciso ter a consciência que os recursos financeiros, que estão perspectivados e que foram aqui apresentados para resolver os problemas da região, ficam muito aquém das necessidades que nós temos, tal como este documento, que deverá ficar aquém do documento final, e que tem muitas dúvidas de que este documento seja um bom documento, mas que pode vir a ser um bom documento. Sublinhou alguns pontos importantes deste documento, como o modelo de gestão e de governação, referindo que o Algarve não é uma região política e administrativa, e enquanto não o for, não tem a estrutura política, nem o aparelho político regional, que teria legitimidade e faria uma boa governança deste dinheiro que nos vai ser disponibilizado. Falando na aplicação desse dinheiro, referiu a grande prioridade, que é a construção do Hospital Central Universitário do Algarve, outro grande investimento será o Polo Intermodal do Parque da Cidades, porque irá abranger a ligação com a Universidade do Algarve, com o Aeroporto de Faro, com o Hospital Central



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

e com aquele grande polo comercial que está instalado na zona do IKEA, e este Polo Intermodal, irá beneficiar todas as pessoas que trabalham e se deslocam para estes locais, vindas de todo o Algarve. Referiu também outro grande investimento que deverá ser tido em conta, que será a criação, numa parceria com o Concelho de Silves, de um Geo Parque Mundial da UNESCO, e que esta é uma proposta que vai localizar-se no interior do Concelho de Loulé e que abrange uma parte do Concelho de Silves, mais chegada a Loulé, S. Bartolomeu de Messines, porque onde estes Geo Parques apareceram, a atividade económica de territórios abandonados, com problemas de envelhecimento, e com debilidade económica, esses territórios ressurgiram e vieram ao de cima, e esta candidatura vai levar 2 a 3 anos para que o Governo Português leve a candidatura à UNESCO, e com a concordância da Autarca de Silves, esta ideia vai agora ser partilhada institucionalmente a todos os partidos políticos, e todos vão ser chamados a colaborar. Quanto ao Fundo de Coesão Regional, disse que isto precisa de ser muito bem negociado, e temos que ser muito cuidadosos, e trabalhar todos para a Coesão e para os nossos objetivos. E relativamente à taxa turística, disse que foi o primeiro a propô-la, e a afetar a taxa turística a um Fundo para a Sustentabilidade Ambiental e Turística, no fundo o produto da cobrança desta taxa turística, uma verba absolutamente irrelevante. Terminou a sua intervenção com uma ideia que achou interessante, que foi o Pacto Regional para a Governança, porque o problema do Algarve é político, e tem que haver entendimento entre os Municípios, e este é que é o maior desafio, se não quisermos ficar para trás.-----

Após esta intervenção, o senhor **Presidente da Assembleia Municipal**, referiu que o Contributo do Município, através da Câmara Municipal de Loulé, para este documento estratégico da AMAL, irá ser remetido pelos Serviços de Apoio da Assembleia, a todos os Senhores Deputados, tal como irá ser elaborado um Contributo desta Assembleia, pelos vários Partidos Políticos aqui representados que irá dar esse Contributo, e que tenha o máximo de consenso possível.-----

Prosseguindo a ordem de trabalhos, o senhor **Presidente da Assembleia**, passou ao ponto seguinte:-----

5-Intervenção dos Deputados Municipais:-----

Foi concedida a palavra ao senhor **Deputado Hugo Nunes (PS)**, que quis nesta intervenção, fazer um pedido, fazer uma subscrição, e deixar uma



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

opinião. Começou pelo pedido, dizendo que as intervenções que foram feitas nesta Sessão, basearam-se neste Contributo da AMAL, e que o documento final não seja reduzido ou limitado a um caminho para a utilização do financiamento do próximo envelope financeiro do quadro comunitário, que vem aí e está a ser preparado. De seguida disse que subscrevia uma série de intervenções que foram feitas a nível de investimentos públicos de interesse regional, que devem ser feitos, e que foram identificados num conjunto de prioridades. E quanto à opinião que queria deixar, disse que nestes momentos fala-se de mágoas, de coisas que gostaríamos de ver acontecer há alguns anos na nossa região, e de que não temos um modelo de governação regional, entre outros, momentos estes, de oportunidade e para percebermos qual o caminho a seguir, e que a reflexão que deve ser feita, deve assentar em duas componentes, que são as principais responsabilidades que temos, atender às prioridades das pessoas e tratar do nosso território, e é há volta destas duas componentes, que no seu entender, devemos encaminhar a nossa reflexão, para aquilo que devemos esperar deste período, e da forma como devemos preparar a reação que já vai ser tardia, à alteração daquilo que é a evolução da demografia da nossa região e do País, é determinante e é relevante, para condicionar estas opções, porque neste momento já estamos a sentir muito, aquilo que são consequências para as necessidades das pessoas e para as necessidades de respostas dos poderes públicos, que resultam de alterações demográficas que lentamente vieram a acontecer, isto remete-nos para a resolução de soluções e este documento já aponta muito para isso, assim como os e os debates que vão acontecendo, que tem a ver com uma nova estratégia, de preparar respostas para as pessoas, e há coisas que têm que ser tomadas em conta, nomeadamente, as questões do território, a questão dos recursos (água e energia), uma estratégia de combate às alterações climáticas e a questão da reestruturação de infraestruturas nesta região, que tem a forma de um retângulo com cerca de 100 kms de largura, que é muito pequeno.-----

De seguida foi concedida a palavra ao senhor **Deputado Calçada Correia (PS)**, que quis reforçar alguns aspetos, como a fragilidade do tecido empresarial regional, porque hoje temos uma Administração que não é amiga do Investidor, o poder de decisão não está na região, temos um empresariado que está descapitalizado, que não tem apoios, e não há dúvidas de que se tivermos uma regionalização, e o poder de decisão na região, poderemos ter grupos regionais empresariais fortes, como aconteceu com a região da Madeira, porque a Madeira tem três ou quatro grupos



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

empresariais fortes de grande dimensão nacional, porque existe uma relação saudável entre o poder regional e os grupos económicos madeirenses, e devemos olhar para este exemplo, porque representa, crescimento, desenvolvimento, e que os dinheiros geridos na região e as receitas, fiquem na região, e este é que é o caminho, porque o empresariado que temos neste momento, é fruto do poder político que temos e do exercício desse poder na região.-----

Também foi dada a palavra ao senhor **Deputado Mário Botelho (PSD)**, que também quis deixar algumas notas. Começou por dizer que não subscrevia algumas declarações que foram proferidas, e que se deveria deixar para trás a questão do municipalismo, e que de facto terá que haver um pacto e uma concertação política, forte, duradoura, relativamente a temas que são fulcrais, e decisivos para o desenvolvimento da região do Algarve, como a saúde e os transportes, claramente dois aspetos fundamentais. Por último, falou da questão da necessidade de competirmos com outros Países, na área das tecnologias de informação e comunicação, porque o nosso País tem boas condições e o Algarve necessita de ter Polos, e oferecer a essas empresas que se queiram sediar, facilidades a nível municipal, fiscal, que possam ser atrativas para a implementação dessas empresas aqui, que possam trazer, desenvolvimento, pessoas para residirem cá, e potenciar desenvolvimento, que é o que todos desejamos.-----

Pedi também a palavra o senhor **Deputado Abel Matinhos (PS)**, dizendo que neste momento o Algarve vivia uma situação de pleno emprego, e que isso era evidente para todos, mas temos que pensar é no tipo de emprego que queremos para o futuro, e que havia duas condicionantes do emprego e da atividade económica, a habitação e a mobilidade, e em termos de habitação, era imprescindível que houvesse um incentivo à construção pública de habitações e que as coloquem no mercado a custos controlados, e também com rendas acessíveis, e em termos de mobilidade, era necessário criar rotas frequentes para os Concelhos, Freguesias, do interior algarvio, era necessário também criar um passe único Intermodal para todas as formas de circulação na região, também a eletrificação da linha férrea é urgente, sendo também de ponderar a criação e a construção de um metro de superfície que ligue o Aeroporto de Faro aos principais centros dos três Concelhos subjacentes ao Aeroporto, também era indispensável a criação de uma estratégia regional para o desenvolvimento de territórios rurais e de baixa densidade, e acima de tudo, o Algarve precisa que os 16 Presidentes



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

de Câmara da região do Algarve, trabalhem em conjunto em prol desta grande região.-----

Seguidamente foi dada a palavra ao senhor **Deputado Carlos Martins (BE)**, que em relação ao modelo de governação, disse que o importante era criar consensos políticos a curto prazo, e que a estratégica regional do Algarve sintetiza todas as outras, que em relação às alterações climáticas o envolvimento da Universidade do Algarve, para o desenvolvimento científico, era importante, em relação aos desafios da água, deveria ponderar-se os consumos domésticos e a origem da água potável, e que era importante apostar-se na reutilização da água, para a rega, campos de golfe e agricultura, e a relação das perdas tem que ser ponderada e têm que ser tomadas atitudes, bem como a construção de novas barragens, em relação ao ordenamento, requalificação urbana e habitação, são boas apostas a desenvolver com a reabilitação urbana, habitação social pública, onde é necessário investir, assim como na habitação a custos controlados, em relação à mobilidade, disse que a ligação Intermodal entre Loulé/Parque das Cidades/Aeroporto/Faro, era importante, tal como um conjunto de ciclovias, e a eliminação das portagens na A22, na área da saúde, o Hospital Central do Algarve é a grande e primeira prioridade regional, referiu também a atenção especial que se deve dar ao mar, porque temos uma frente de mar no Algarve, muito grande, onde as pescas foram abandonadas, e onde a indústria do turismo e dos cruzeiros tem que ser ponderada, a importância de um Crematório Regional é fundamental, a causa animal também tem que ser considerada, sobretudo os Canis Intermunicipais, e por fim falou da criação de um novo Aterro no Sotavento, para o lado de Tavira, que deve ser equacionado a curto prazo.-----

Foi também dada a palavra ao senhor **Deputado António Farrajota (CDS)**, dizendo que realmente todos os assuntos importantes foram abordados pelos Grupos Municipais e de forma consensual, no entanto quis referir algumas condicionantes de tudo o que foi proposto, começando por dizer que sem trabalhadores não há empresas, e sem empresas não havia trabalhadores, e que só se conseguia melhorar os salários, se for criada riqueza, e se houver entrave ao investimento privado e público, resta-nos alguma vontade e coragem do empresariado privado, e a habitação representa também uma dessas condicionantes, porque sem habitação os trabalhadores não vêm para cá, e a dificuldade em normalizar o custo do arrendamento, já vem do tempo de Salazar, e ainda hoje o problema é o



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

mesmo, passados 50 anos, e nas situações todas aqui apresentadas, referiu que no seu entender, a perna era maior que o lençol, porque a verba sugerida não chega para nada, e que quando se fala da precariedade, parece que é o pior dos demónios que existe no tecido empresarial, e não é, na sua opinião, porque de facto a precariedade é um mal que existe, porque há uma serie de condicionantes no Contrato Coletivo de Trabalho, que deveriam ser revistas, porque funciona contra a criação de riqueza, e que vai depois condicionar todo o desenvolvimento.-----

Por fim foi dada a palavra ao senhor **Deputado António Martins (Presidente da Junta de Freguesia de Alte)**, referindo que queria ressaltar aqui uma situação que não tinha visto no documento, e que nesta altura de mudança de paradigma energético era importante que constasse, que era a questão da energia, da produção e da sua rentabilização.-----

6- Intervenção da AMAL:-----

Para os esclarecimentos finais, foi dada a palavra ao **Dr. Brandão Pires**, que agradeceu os contributos dados.-----

A governança, a regionalização, a descentralização são temas centrais nestas discussões. O Hospital é importante, a mobilidade e a habitação igualmente.-----

Referiu ainda que há pouca utilização de transportes públicos, quer de autocarros, quer de comboios, quer de bicicletas e é fundamental incrementar isso. Vai ter que existir um Centro Multimodal Regional, algures no Parque das Cidades, aproveitando a estação, que combine as várias modalidades, autocarros, táxis, comboios uma vez que está perto do aeroporto.-----

Disse ainda ter gostado das "abordagens do interior", um contributo inovador em relação ao que tem chegado em termos de contributos e um foco muito interessante sobre as alterações climáticas, que pode pôr em risco o modelo turístico que temos seguido, se estas alterações forem num determinado caminho e por isso é importante encontrarmos resposta na diversificação do turismo e na adaptação às alterações climáticas. O Fundo de Coesão Regional, um programa que junta fundos para fazer essas obras e é no sentido de haver um programa que diga quanto custa cada equipamento e as infraestruturas de cada uma dessas redes e qual o cronograma de execução.-----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

Este fundo pode ser mobilizado para a construção do Hospital Central, Centro Multimodal de Transportes, por exemplo, todo o dinheiro juntado será para o fim que a região pensa que é o prioritário para a região. É que que está em causa, servir a região com este Fundo de Coesão.-----
Agradeceu mais uma vez todos os contributos prestados.-----

Para terminar o Senhor **Presidente da Assembleia Municipal**, agradeceu a presença do Dr. Brandão Pires e à equipa que o acompanhou, com o contributo que trouxe aqui hoje e dizer que a melhor maneira que temos de dar sequência ao trabalho que foi feito, é darmos o contributo da Assembleia Municipal em documento formal. Para tal propôs que tal documento fosse preparado e aprovado em reunião da Comissão Permanente da Assembleia até ao final do corrente mês, reflectindo as diversas propostas dos Grupos Municipais e a discussão havida nesta sessão.-----

De seguida o Senhor **Presidente da Assembleia Municipal** deu por terminada a sessão, e nada mais havendo a registar, foi lavrada a presente ata, que depois de discutida e aprovada será assinada nos termos legais e regimentais.-----

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA _____
A 1ª SECRETÁRIA _____
A 2ª SECRETÁRIA _____



*Apresentado em
Sessão de 17
de Julho de 2018
Adm. P.º*

**VOTO DE PESAR E UM MINUTO DE SILÊNCIO PELO FALECIMENTO DE
JOÃO SEMEDO.**

Faleceu esta terça-feira, 17 de julho, com 67 anos, o médico e dirigente do Bloco de Esquerda - João Semedo, ao fim de alguns anos de batalha contra o cancro.

Filho de um engenheiro militante comunista e de uma professora, João Semedo cresceu num ambiente familiar em que se discutia abertamente o estado do país e o descontentamento face ao regime de Salazar e Caetano.

A adesão ao PCP dá-se em 1972, através da União de Estudantes Comunistas, cuja Comissão Central integrou, participando em atividades de agitação e propaganda e também no apoio aos funcionários clandestinos. Foi eleito para a direção da Associação de Estudantes e chegou a ser preso em 1973 quando distribuía panfletos a exigir eleições livres. Acabou por passar duas semanas preso em Caxias, recusando-se a assinar o documento elaborado pela PIDE a confessar atividades subversivas e a comprometer-se a abandoná-las.

Estava definida a sua grande coragem e resistência política e ideológica.

Em 2003, funda com outros ex-dirigentes do PCP o Movimento da Renovação Comunista, com vista a dar continuidade aos debates e reflexões iniciados anos antes no interior do partido. No ano seguinte, aceita o convite de Miguel Portas para integrar como independente as listas do Bloco para o Parlamento Europeu.

A aproximação ao Bloco de Esquerda prosseguiu com a participação de João Semedo nas listas às legislativas pelo Porto e acaba por se tornar deputado em março de 2006.

Adere ao Bloco em 2007 e protagonizou candidaturas autárquicas em Gondomar (enquanto independente em 2005), Gaia (2009) e Lisboa (2013).

Foi parlamentar durante três legislaturas, até renunciar ao mandato por motivos de saúde em março de 2015. Ao longo de nove anos de atividade parlamentar, assumiu a coordenação dos temas relacionados com a política de saúde — foi vice-presidente dessa comissão parlamentar.

Para João Semedo, foi um ano de luta contra o cancro que lhe tirou as cordas vocais, mas não lhe tirou a vontade de intervir politicamente **“Tive a vida que escolhi, a vida que quis, não tenho nada de que me arrependa ...”**. Assumiu o combate pelo direito a morrer com dignidade, que já tinha protagonizado na Assembleia da República quando apresentou os projetos de lei que viriam a dar origem à aprovação do Testamento Vital e das mudanças na rede de cuidados paliativos.

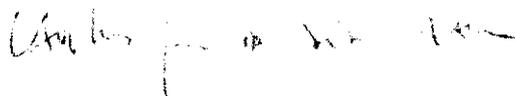
O seu último projeto viu morrer ambos os seus progenitores: António Arnault e João Semedo, mas se a memória não nos traiçoar, o seu legado para os portugueses será sempre a melhor forma de o recordar. “Salvar o SNS - Uma Nova Lei de Bases da Saúde”.

A Assembleia Municipal de Loulé, reunida em sessão extraordinária realizada em Boliqueime no dia 17/7/18, delibera aprovar:

- . Um Voto de Pesar e um minuto de silêncio pelo falecimento de João Semedo, médico e dirigente do partido Bloco de Esquerda;
- . Endereçar o seu profundo pesar à família e ao partido Bloco de Esquerda.

Loulé, 17 de Julho de 2018

Grupo Municipal do Bloco de Esquerda



Carlos José da Silva Martins

